

Alternativa para o ajuste

BRASÍLIA — O governo tem uma alternativa simples, saudável e de resposta imediata para aumentar a arrecadação: elevar os impostos sobre produtos de consumo como cigarros e bebidas. Segundo fontes da equipe econômica, a tributação sobre produtos de consumo pode ser facilmente alterada porque não necessita de mudanças na Constituição, ao contrário da elevação da alíquota de Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF), que em geral exige penosas negociações com o Congresso.

O aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) também está sendo considerado pelo governo. Esse, porém, vai exigir emenda ao projeto que já está no Congresso pedindo a prorrogação da CPMF. Hoje, a contribuição tem alíquota de 0,2% e não pode ir além de 0,25%, que é o teto estabelecido na lei. Com a alíquota atual de 0,2%, a previsão de arrecadação com a CPMF é de R\$ 8,7 bilhões no ano que vem. Se a alíquota for duplicada, a arrecadação pode garantir mais da metade do esforço fiscal de R\$ 20 bilhões a 25 bilhões que o governo pretende com as novas medidas.

Sem data — O secretário executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, disse ontem que ainda não há data para o anúncio das medidas de ajuste fiscal que o governo está preparando. “Não há nada definido, estamos estudando tudo”, afirmou, logo após votar, ontem, em Brasília. Tavares divide com o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, a presidência da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), que está elaborando as medidas. No exercício do cargo de ministro, Parente garantiu ontem, logo depois de votar, que o governo não vai “anunciar na segunda-feira nenhum pacote de medidas”.

Parente explicou que este mês será anunciado o programa de ajuste do triénio. A primeira previsão era 15 de novembro. “O presidente da República determinou a antecipação”, afirmou, lembrando que que o anúncio depende de discussões no Congresso.

Segundo Tavares, o Conselho Interministerial do Álcool (Cima) deve se reunir na terça ou quarta-feira para aprovar uma recomendação da comissão para suspender o aumento do subsídio às usinas de álcool.

Parente não quis confirmar as projeções de que o país precisa conseguir em 1999 um superávit primário de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). “O que vale é a palavra do presidente, não tem qualquer decisão ou medida pronta”, disse.

Receita e imposto — “É necessária uma discussão responsável sobre a receita”, enfatizou Parente. Para ele, “há adianta definir um número que não seja o necessário para fazer o ajuste”. Explicou que o governo não quer contribuir com “pressões desnecessárias sobre o crescimento econômico”.

Para Parente, “receita não é sinônimo de aumento de imposto”. Ele considera prioritário “se olhar o lado dos gastos”. Destacou a necessidade de se eliminar a sonegação de impostos e aumentar o número de contribuintes. Explicou que as reformas administrativa e previdenciária ainda não deram resultado, “mas devem ser crescentes ao longo do tempo”.

Ao chegar à Escola Classe, da quadra 316 Norte, onde votou, Tavares não quis comentar o valor de R\$ 20 bilhões a 25 bilhões para o ajuste fiscal previsto pelo diretor de política monetária do Banco Central, Francisco Lopes, em entrevista ao Estado de São Paulo. Disse apenas que “o ajuste será forte”, mas os valores não estão definidos.

Em Washington, o ministro da Fazenda disse “não li”, e não quis comentar a entrevista de Francisco Lopes, que, além do esforço fiscal de US\$ 20 bilhões, dos quais no mínimo US\$ 10 bilhões viriam de aumento de imposto, também criticou a posição da burocracia do Fundo Monetário Internacional (FMI).